

# Agricultura



## GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA EUROPEU

**A política agrícola comum europeia (PAC) resultou da necessidade de fazer face a uma situação de carências alimentares e racionamento, após a Segunda Guerra Mundial. A PAC teve resultados espectaculares e a Comunidade conseguiu vencer rapidamente as carências alimentares dos anos 50, atingindo a auto-suficiência e passando a produzir excedentes com regularidade. Para garantir efectivamente o preço dos produtos agrícolas, a PAC funciona em três vertentes:**

- Os agricultores recebem pagamentos directos para certos produtos como os cereais, o tabaco, o azeite, a carne de bovino.
- A União Europeia (UE) intervém sempre que os preços dos produtos agrícolas descem abaixo de um determinado limiar, comprando a produção excedentária europeia até que o preço volte a subir acima do nível de intervenção. A produção excedentária é destruída, vendida a preços baixos em mercados fora da UE ou enviada para países terceiros, como ajuda alimentar.
- A UE tem uma pauta aduaneira externa que exige a imposição de direitos aduaneiros aos produtos agrícolas de países terceiros, aumentando assim os seus preços.

A partir de meados da década de 70, começaram a surgir excedentes na produção comunitária que não podiam ser absorvidos nem internamente, nem no mercado mundial, e no início dos anos 80 as compras de intervenção ao abrigo da PAC já haviam dado origem aos tristemente famosos excedentes europeus.

As reformas de 1992 e 1999 reduziram os preços garantidos, criaram a retirada de terras, alargaram o regime de quotas e começaram a transferir o apoio financeiro dos produtos para o produtor através da introdução do esquema de pagamentos directos. Em resultado da disciplina orçamental e da regulação da produção, a percentagem do orçamento comunitário destinado à agricultura caiu para um valor inferior a 50%.

Simultaneamente, a UE está a envidar esforços no sentido de aumentar o potencial económico e a importância ambiental das zonas rurais, de forma a aumentar a sua capacidade de emprego e tornar a agricultura mais sustentável. Com a globalização do comércio mundial, as exigências de qualidade e de segurança por parte dos consumidores e o alargamento da UE, a agricultura europeia enfrenta actualmente novas realidades e desafios.

## O Parlamento Europeu

O Parlamento exerce uma influência cada vez maior sobre a PAC, através de relatórios e resoluções da sua iniciativa. Tudo isto apesar de, durante muito tempo, o Parlamento ter exercido apenas funções consultivas no domínio da agricultura e de algumas decisões do Conselho nem sequer exigirem a consulta do Parlamento.

O poder decisório, em termos do orçamento da UE para a agricultura, pertence essencialmente ao Conselho. No final da presente CIG, nós pretendemos que o Parlamento obtenha poderes totais de co-decisão em matéria agrícola.

A agricultura representa uma vasta área de trabalho para o Parlamento, sendo principalmente da competência da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, embora alguns aspectos sejam tratados pela Comissão do Meio Ambiente, da Saúde Pública e da Política do Consumidor. O trabalho passa por:

- organizar mercados de produtos agrícolas de todo o tipo, desde os cereais, a carne de bovino, o açúcar e o arroz às frutas e os legumes, passando pelo lúpulo, vinho, oleaginosas, frutos de casca rija, flores e plantas;
- garantir a segurança alimentar em todas as fases de produção, da exploração agrícola até à mesa;
- tomar decisões anuais sobre os montantes de subsídios agrícolas a conceder, aquando da elaboração do orçamento comunitário e, posteriormente, efectuar uma análise retrospectiva das despesas com subsídios agrícolas (pela Comissão do Controlo Orçamental);



- alertar para a necessidade de promover o desenvolvimento rural através do segundo pilar da PAC, do capítulo de desenvolvimento rural e de programas de fundos estruturais, como o LEADER, e de conciliar a dimensão económica da agricultura com as suas funções social, ambiental e de ordenamento do território, bem como com a necessidade de proteger os produtos regionais;
- preparar e acompanhar as negociações na OMC;
- preparar e tornar operacional o próximo alargamento da UE.

## Êxitos do Grupo PSE

A reforma da PAC é um processo longo no qual participam representantes de vários quadrantes, em especial o Grupo Socialista. Acreditamos que a reforma da PAC é necessária, mas exigimos que o modelo agrícola europeu caracterizado pela multifuncionalidade seja desenvolvido, reforçado e protegido contra qualquer concorrência desleal externa. Neste contexto, os Socialistas apoiam o princípio da dissociação dos pagamentos directos da produção, o qual consta da proposta recentemente adoptada na sequência da revisão intercalar da Comissão, muito embora defendendo apenas uma dissociação parcial.

É necessária uma modulação obrigatória para libertar os montantes dos pagamentos directos para o segundo pilar destinado ao desenvolvimento rural, tendo em vista o próximo alargamento.

As nossas principais prioridades neste processo são:

- que o sistema que resultar da reforma seja transparente, limite os apoios concedidos à produção e receba um contributo mais razoável de fundos públicos;
- avançar no sentido de apoiar os agricultores enquanto responsáveis pela paisagem e pelos habitats naturais de vida selvagem através do «segundo pilar» da PAC, criado pelo regulamento do desenvolvimento rural, permitindo aos agricultores utilizar uma proporção dos subsídios agrícolas da UE para o desenvolvimento rural, por exemplo, medidas agro-ambientais, renovação de vilas, marketing directo, esquemas de pré-pensão, ajuda aos jovens agricultores, etc;
- prevenir o despovoamento;
- apoiar o desenvolvimento estrutural das zonas rurais;
- salvaguardar o emprego;
- garantir o reconhecimento, junto da OMC, da nossa produção alimentar e das nossas normas de segurança alimentar;
- garantir que as nossas exportações não perturbem a economia agrícola dos países em vias de desenvolvimento.

Para além da reforma da PAC e do trabalho em curso sobre os mercados de produtos agrícolas, alcançámos resultados nas seguintes áreas:

- Novas normas para o transporte de animais, incluindo o estabelecimento de um limite de oito horas para a duração de viagem e de 500 km para a distância máxima percorrida, bem como a supressão gradual do regime de exportação que subsidia a exportação de milhares de animais por ano para destinos longínquos.
- Uma melhor rotulagem da carne de bovino, oferecendo uma melhor rastreabilidade e informações essenciais sobre a carne de bovino proveniente de países terceiros que é utilizada na carne picada.
- Criação de uma Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos que será constituída por um conselho de administração independente nomeado após audições públicas e debates públicos, comités científicos com funções consultivas em matéria de avaliação de risco e de comunicação, bem como um fórum consultivo constituído por representantes das instituições competentes dos Estados-Membros. A Autoridade procede a um exame rigoroso de todos os géneros alimentícios e alimentos para animais produzidos na UE ou importados para o seu território e desempenha um papel no sistema de alerta rápido destinado a fazer face a crises e situações de emergência nos Estados-Membros. Além disso, compete-lhe o reconhecimento dos «alimentos tradicionais» no contexto das diferentes culturas europeias, enquanto elementos importantes na nossa alimentação.
- Melhores normas para a elaboração de planos de emergência, a imposição de restrições à circulação e a eliminação de carcaças, a fim de minimizar o impacto de qualquer futuro surto de febre aftosa. Além disso, o nosso Grupo conseguiu assegurar que a vacinação passe a ser considerada desde o início, dependendo das circunstâncias e da opinião dos médicos veterinários.

## Contactos

Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu,  
Parlamento Europeu, rue Wiertz, B-1047 Bruxelas.  
Tel.: +32 2 284 21 11 (Bruxelas) ou +33 3 88 17 40 01 (Estrasburgo)

<http://www.socialistgroup.org>

